



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

EDITAL DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
PROCESSO Nº 16/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO BOM**, por intermédio de seu Presidente, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local indicados realizará a licitação, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma eletrônica, objetivando a Contratação de empresa com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica na reforma do Plenário, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

A sessão pública virtual da Concorrência será conduzida pelo Agente de Contratação e sua equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº 07/2024, de 02 de janeiro de 2024, observando-se as condições estabelecidas neste Edital, em seus Anexos e, em estrita observância aos ditames legais vigentes, que regem as contratações públicas.

DATA, HORÁRIO E LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública da Concorrência será realizada no site www.portaldecompraspublicas no dia **18 de junho de 2026, com início às 14h00min**, horário de Brasília-DF. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas através do site descrito, até as 13h59min do mesmo dia da sessão.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA: ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

PRAZO DE EXECUÇÃO: 4 (QUATRO) MESES



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa com fornecimento de materiais, mão de obra e responsabilidade técnica para a reforma do Plenário da Câmara Municipal, em regime de empreitada por preço global, com medições por preço unitário, conforme especificações técnicas detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. A presente Licitação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

1.3. O valor total estimado para a execução do objeto desse certame é de R\$ 907.134,74 (novecentos e sete mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e quatro centavos).

1.4. O prazo de execução será de 4 (quatro) meses, contados a partir da emissão da ordem de início dos serviços.

2. DA CONDIÇÃO E DOS IMPEDIMENTOS À PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta concorrência os licitantes que:

- 2.1.1. desempenhem atividade pertinente e compatível com o objeto licitado;
- 2.1.2. atendam às exigências constantes neste edital e dos seus anexos, inclusive quanto à documentação requerida;
- 2.1.3. estejam devidamente cadastrados junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.3.1. Como requisito para participação na concorrência, em campo próprio do sistema eletrônico, o licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

2.2. Constituem impedimentos à participação na presente licitação:



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 2.2.1. A suspensão do direito de licitar e contratar pela Câmara Municipal de Campo Bom, no prazo e nas condições do impedimento, ou cujos diretores, sócios ou dirigentes tenham participado de outra pessoa jurídica que, da mesma forma, tenha sido suspensa de licitar ou de contratar, garantidos o contraditório e a ampla defesa na segunda hipótese;
- 2.2.2. Atuar em ramo divergente de atividade da qual se relaciona o objeto deste certame;
- 2.2.3. Ter sido declarada como inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, no prazo e nas condições da declaração;
- 2.2.4. Estar em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- 2.2.5. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 2.2.6. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 2.2.7. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 2.2.8. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge,



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.2.9. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 5 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.2.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.2.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.2.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.3. O impedimento de que trata o item será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.4. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.2.5 e 2.2.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.5. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 2.6. O disposto nos itens 2.2.5 e 2.2.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 2.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 2.8. A vedação de que trata o item 2.2.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. A licitante deverá efetuar seu credenciamento junto ao órgão provedor, através do site www.portaldecompraspublicas.com.br, devendo estar apta para participar e formular lances, por meio eletrônico.
- 3.2. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.3. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade integral e a presunção de sua capacidade operacional para realizar as transações inerentes a esta concorrência.
- 3.4. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ou a Câmara Municipal de Campo Bom, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

- 3.5. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.6. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
- 3.7. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da concorrência na forma eletrônica.
- 3.8. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
 - 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 4.3.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 4.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.
- 4.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 e 4.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta.
- 4.10. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 4.11. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
- 4.12. O modo de disputa adotado para este procedimento será o “Aberto”, na forma do artigo 56, inciso I da Lei nº 14.133, de 2021.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 5.1.1. Na proposta deverá ser indicado o preço global para a execução dos serviços, com os valores expressos em algarismos e por extenso, sendo de total responsabilidade do licitante os preços ofertados.
- 5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

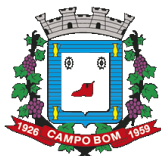
- 5.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da concorrência, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema, ou de sua desconexão.
- 5.4. As propostas que eventualmente contemplem objetos/serviços que não correspondam às especificações contidas neste Edital, serão desconsideradas.
- 5.5. O prazo da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias a contar da data da sessão pública.
- 5.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.7. A apresentação de proposta será considerada como evidência de que o proponente examinou criteriosamente o conteúdo do edital e seus anexos e julgou-os suficientes para a elaboração de proposta voltada ao atendimento do objeto licitado em todos os seus detalhamentos.
- 5.8. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico/Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6. DO PROCEDIMENTO



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.6. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 100,00 (cem reais).
- 6.7. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.8. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.9. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.10. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação realizará a etapa de negociação com o licitante que tenha



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

6.10.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.11.O Agente de Contratação identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.11.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.11.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.11.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.11.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

- 6.12. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.
- 6.13. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 6.14. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 6.14.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 6.14.2. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
- 6.15. O licitante, após a negociação, classificado em primeiro lugar deverá, no prazo de duas horas, anexar no sistema eletrônico a proposta formal atualizada, adequada ao último lance total proposto, após a negociação com o Agente de Contratação, conforme c, bem como deverá enviar os documentos de habilitação que solicita o item 8 do edital.
- 6.15.1. Quando em determinado item, não houver sucessão de lances e, não haver negociação de novo valor com o Agente de Contratação ou ainda por qualquer outro motivo não houver alteração no valor proposto



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

originário, quando do cadastro da proposta, não haverá a necessidade de envio de nova proposta, conforme exige o item 6.15.

6.15.2. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no *chat* pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.16. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.16.1. O prazo para envio das planilhas que refere o item anterior será de 24 (vinte e quatro) horas, podendo ser prorrogado a critério, nos termos do item 6.15.2.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. O Agente de Contratação/Comissão antes da habilitação do licitante procederá consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>) quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.3. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.3.1. contiver vícios insanáveis;

7.3.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Projeto Básico/ Executivo /Termo de Referência;

7.3.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.3.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.3.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.4. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.4.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

7.4.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.4.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.5. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 7.5.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.5.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;
- 7.5.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.6. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
- 7.7. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 7.8. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
- 7.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.10.O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12.Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.13.Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação e participação do pleito, o licitante declarado vencedor, deverá encaminhar por meio do sistema, juntamente com a proposta atualizada, os seguintes documentos de habilitação:

8.1.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

8.1.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.2. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.3. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 8.1.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.1.1.5. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.1.2. Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:
- 8.1.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.1.2.2. Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 8.1.2.3. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;
- 8.1.2.4. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;
- 8.1.2.5. Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante;
- 8.1.2.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).
- 8.1.3. Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:
- 8.1.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.
- 8.1.3.2. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, transcrito no Livro Diário, registrado no órgão público



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário. É vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;

8.1.3.3. A verificação da situação financeira será avaliada por uma das seguintes formas:

8.1.3.3.1. Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$$LG > \text{ ou } = 1,00 \text{ (um inteiro)}$$

$$LC > \text{ ou } = 1,00 \text{ (um inteiro)}$$

$$ET < \text{ ou } = 0,50 \text{ (zero vírgula cinquenta)}$$

8.1.3.3.1.1. O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço, contendo também no mesmo uma declaração, sob as penas cabíveis, de que o cálculo apresentado



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

atende integralmente as exigências do Edital. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado.

8.1.3.3.1.2. O licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

8.1.3.3.1.3. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

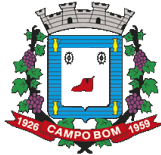
OU

8.1.3.3.2. Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, na proporção de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

8.1.3.4. É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

8.1.3.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.1.3.5.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

8.1.3.5.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.1.3.6. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.1.4. Qualificação Técnico – Profissional e Técnico-Operacional:

8.1.4.1. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

8.1.4.1.1. Atestado de capacidade técnico – profissional, devidamente registrado no conselho competente acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico). As comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados: Para o cargo de engenheiro civil ou arquiteto

8.1.4.1.1.1. Execução de obra de reforma ou construção de técnica equivalente e com metragem total semelhante a metragem a ser reformada.

8.1.4.1.2. Prova de Registro do Profissional (Técnico) no conselho profissional competente, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante.

8.1.4.1.3. Prova de vínculo do detentor do atestado de capacidade técnico-profissional com a empresa participante da licitação, caso este não esteja no rol de responsável técnico da empresa junto ao seu certificado de registro de pessoa jurídica do conselho, mediante apresentação de um dos meios abaixo:

8.1.4.1.3.1. vínculo profissional por meio da carteira de trabalho;

8.1.4.1.3.2. folha de registro de empregados;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

8.1.4.1.3.3. contrato de prestação de serviço;

8.1.4.1.3.4. em caso de sócio ou diretor por meio do contrato social da empresa.

8.1.4.1.4. Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

8.1.4.1.5. Comprovação de capacidade técnico – operacional do licitante, através de certidões ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado no conselho competente, comprovando a execução das seguintes parcelas de maior relevância:

8.1.4.1.5.1. Execução de obra de reforma ou construção de técnica equivalente e com metragem total semelhante a metragem a ser reformada.

8.1.4.1.6. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

8.1.4.1.7. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.1.4.1.8. Não será admitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para comprovação dos quantitativos mínimos demandados;

8.1.4.1.9. Caso a vencedora do certame seja de outro Estado da Federação, deverá providenciar o visto do atestado para exercer a atividade neste Estado junto ao órgão competente, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

8.1.5 Documentação complementar:

8.1.5.1. Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo III, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei.

8.1.5.2. Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no Anexo X.

8.1.5.3. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme modelo apresentado no Anexo VI.

8.1.5.4. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo apresentado no Anexo VII.

8.1.5.5. Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo apresentado no Anexo IV.

8.1.5.6. Declaração de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, conforme Anexo IX.

8.1.5.7. O licitante poderá realizar visita técnica no local onde será executado o serviço, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Câmara Municipal de Campo Bom, no telefone (51) 3598 4500, ou e-mail licitacao@camaracb.rs.gov.br.

8.1.5.7.1. O licitante que optar por realizar visita técnica receberá um atestado de visita, emitido pela administração.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

8.1.5.7.2. Caso optar por não realizar a visita, deverá preencher a declaração do Anexo XI, de tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8.1.5.7.3. Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste.

8.1.5.8. Declaração de que não emprega servidor público municipal, observando as condições que possam constituir conflito de interesse, nos termos do artigo 9º da Lei 14.1333/2021, conforme modelo apresentado no Anexo XII.

8.2. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser enviados eletronicamente, em campo próprio via sistema;

8.3. A documentação que faz prova da regularidade fiscal poderá ser apresentada mediante documentos extraídos via Internet, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade, pelo acesso ao site do Órgão que os expediu.

8.4. As certidões que não tenham prazo de validade expresso terão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

8.5. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades será inabilitada.

8.5.1. A inabilitação de que trata o subitem 7.5 não será automática, facultando-se ao agente de contratação a instauração de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações apresentadas, quando a irregularidade for sanável e restar evidenciada a boa fé da proponente, nos termos do §1º do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.6. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tiver interesse na utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverá apresentar



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

declaração de enquadramento, nos termos do Anexo V ou Certidão da Junta Comercial.

8.7. A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, previstos neste edital, em sendo declarada vencedora, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da declaração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa.

8.8. O benefício de que trata o item anterior não eximirá licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

8.9. A não regularização da documentação, no prazo fixado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

9. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 9.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 9.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 9.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão ser realizados por forma eletrônica, exclusivamente por meio de formulário eletrônico, devidamente registrados no site www.portaldecompraspublicas.com.br, ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 9.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 9.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.
- 9.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 9.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos prestados pelo Agente de Contratação estarão disponíveis para consulta no Portal de Compras Públicas.

10. DO JULGAMENTO E DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo licitante, quando aberto prazo de 10 minutos para intenção de recurso pelo Agente de Contratação, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 10.4.Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema, ignorando-se qualquer outra forma de manifestação.
- 10.5.O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6.Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7.O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 10.8.O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

11.DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 11.1.O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, caso não haja interposição de recurso, pela autoridade competente.
- 11.2.Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório.
- 11.3.A homologação não implica em direito à contratação.

12.DO CONTRATO



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 12.1.É parte integrante do presente Edital a minuta de contrato, em seu Anexo II, devendo ser assinado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data da sua notificação, prorrogáveis por uma vez, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, mediante solicitação devidamente justificada por parte do interessado.
- 12.2.Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 12.3.Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 5.5 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.
- 12.4.Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, nos termos do 12.2 deste Edital, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 12.4.1. convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 12.4.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 12.5.O Contrato deverá ser assinado pelo Representante legal da licitante.
- 12.6.A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão licitante.

13.DA GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1. Após a assinatura do contrato, a contar da publicação da Súmula do Contrato, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, o contratado deverá apresentar garantia contratual em uma das modalidades previstas no art. 96 §1º, incisos I, II e III, da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato.
- 13.2. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

14.PRAZOS DE EXECUÇÃO, DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE GARANTIA DA OBRA

- 14.1. O contrato decorrente da presente licitação será de 04 (quatro) meses a contar da assinatura do presente instrumento, nos casos de assinatura eletrônica será considerado a data da última assinatura, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do CONTRATANTE, mediante elaboração de regular aditivo contratual.
- 14.2. Os serviços de que tratam este processo serão iniciados mediante solicitação formal da Presidência e deverão ser executados de acordo com o cronograma físico-financeiro e/ou memorial descritivo.
- 14.3. Após a assinatura do Contrato, a CONTRATADA será convocada para uma reunião com a Presidência, fiscal técnico e fiscal do contrato, para os esclarecimentos que se fizerem necessários, quanto ao projeto e a



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

fiscalização, sendo que a CONTRATADA deverá apresentar — Caderno de Obras, onde será feito o registro do andamento dos serviços, ocorrências e outras informações pertinentes.

14.3.1. A fiscalização da execução da obra será realizada por profissional técnico contratado e pelo fiscal do contrato, que manterão o acompanhamento de forma permanente, sendo que esta fiscalização não exige a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.

14.4. A CONTRATADA deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir de seu recebimento definitivo da obra.

15. PRAZOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. O pagamento da contraprestação devida dar-se-á, de acordo com o cronograma físico-financeiro do processo, na conformidade do montante de serviços efetivamente executados no mês da competência, conforme calendário de pagamento da contratante, mediante a apresentação, pela CONTRATADA:

15.1.1. da pertinente nota fiscal, contendo a descrição do objeto, visada pelo fiscal do contrato e pelo diretor geral;

15.1.2. da correspondente planilha de medição, firmada pelo responsável técnico pela obra, pelo fiscal do contrato e pelo diretor geral;

15.1.3. dos comprovantes de pagamento de salários e de recolhimento das contribuições previdenciárias e fundiárias relativas aos empregados utilizados na obra, no mês da competência;

15.2. Além do previsto no item anterior, a CONTRATADA deverá:

15.2.1. Para recebimento do valor da primeira nota fiscal relativa ao preço da obra, apresentar:



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 15.2.1.1. ART ou AFT do responsável técnico pela mesma, assinada e paga;
- 15.2.1.2. Registro da obra no Cadastro Nacional de Obras - CNO, exceto se houver enquadramento dispensado por Instrução Normativa.
- 15.3. Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, em decisão administrativa transitada em julgado, o valor será descontado do pagamento devido.
- 15.4. A CONTRATADA que antecipar a execução das etapas previstas, conforme o cronograma físico-financeiro disponibilizado pelo contratante, através da gestão de esforços materiais e profissionais desta prestação de serviços, receberá os valores devidos dentro do mês do respectivo cronograma de pagamentos da Casa Legislativa, estando os mesmos de acordo com a aferição do fiscal da obra.
- 15.5. Em caso de devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.
- 15.6. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a CONTRATADA pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.
- 15.7. A despesa decorrente deste procedimento e posterior contratação será deduzida do saldo da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s)/Rubricas:
- Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores
0001.031.0001.200.1 – Manutenção da Atividade Legislativa
4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

16. FISCALIZAÇÃO, RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E RESPONSABILIDADES

16.1. A fiscalização do objeto e o recebimento dos serviços estão disciplinados nos dispositivos constantes no Anexo I – Termo de Referência e Planilhas de Composições e no Anexo II – Minuta do Contrato.

16.1.1. A fiscalização da execução da obra será realizada por profissional técnico contratado e pelo fiscal do contrato, que manterão o acompanhamento de forma permanente, sendo que esta fiscalização não exime a CONTRATADA de qualquer responsabilidade pela obra.

16.1.2. A CONTRATADA deverá cumprir a legislação vigente relativa as normas quanto a Segurança e Medicina do Trabalho, ficando sob sua inteira responsabilidade quaisquer danos consequentes da inobservância das Leis ou prática de ato considerado ilícito.

16.1.3. A CONTRATADA será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) de acordo com a legislação vigente. Esses equipamentos deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como as pessoas ao redor.

16.1.3.1. A CONTRATADA responderá e responsabilizar-se-á pela prevenção de acidentes e pela segurança de suas atividades e de seus funcionários quando da realização dos serviços, fazendo com que eles observem e cumpram rigorosamente os regulamentos e determinações de segurança, bem como tomando, ou fazendo com que sejam tomadas as medidas corretivas necessárias.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

16.1.4. A CONTRATADA obriga-se a adotar todas as medidas necessárias para a minimização da produção de resíduos, mediante o emprego de técnicas, materiais e práticas adequadas, sendo que deverá, ainda, promover a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos inevitavelmente gerados, em conformidade com a legislação vigente e as normas aplicáveis.

16.1.4.1. A CONTRATADA deverá envidar esforços contínuos para mitigar eventuais impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos ambientais causados em decorrência de suas atividades, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

16.1.5. O órgão público se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providencias mais adotar, para a perfeita execução do objeto licitado.

16.1.6. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por todos e quaisquer danos ou prejuízos que vier causar ao órgão público, coisa, propriedade ou pessoa de terceiros, meio ambiente, em decorrência da execução dos serviços, ou danos advindos de qualquer comportamento de seus empregados em serviço, objeto do Contrato, correndo as suas expensas, sem qualquer ônus para a Câmara de Vereadores, ressarcimento ou indenizações que tais danos ou prejuízos possam causar.

17. DAS SANÇÕES



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

17.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no edital, em contrato, em Ata de Registro de Preços e nas demais cominações legais, aquele que:

- 17.1.1. convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou a Ata de Registro de Preços;
- 17.1.2. deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- 17.1.3. apresentar documentação falsa;
- 17.1.4. não mantiver a proposta pelo prazo de no mínimo 60 dias;
- 17.1.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 17.1.6. deixar de apresentar amostra;
- 17.1.7. fizer declaração falsa; ou
- 17.1.8. cometer fraude fiscal.

17.2. No caso de não assinatura do Contrato no prazo fixado, será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do respectivo contrato e/ou ata de registro de preços.

17.3. O inadimplemento das obrigações ensejará a aplicação das sanções previstas, conforme disposto na minuta contratual e/ou, na ata de registro de preços, assim como as sanções previstas na legislação vigente.

17.4. São aplicáveis as sanções previstas na Lei 14.133/2021 (art. 155 e seguintes).

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Qualquer licitante poderá solicitar vistas relativamente ao processo em questão, na Câmara de Vereadores, situada à rua Lima e Silva, nº 68, Centro, Campo Bom/RS, entre às 12h30min e 18h30min, de segunda a quinta-feira, e das 07h30min às 13h30min nas sextas-feiras ou através do telefone (51) 3598-4500 ou ainda através do endereço eletrônico licitacao@camaracb.rs.gov.br



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 18.2. Independentemente de declaração expressa, a simples participação nesta licitação implica aceitação tácita das condições estipuladas neste instrumento, decaindo o direito de impugnar os seus termos a licitante que, tendo-o aceito sem objeções, vier, após julgamento desfavorável, conforme previsto na Lei nº 14.133/21.
- 18.3. O Agente de Contratação e Equipe de Apoio, no interesse da Administração, poderão relevar omissões puramente formais observadas na documentação de habilitação e proposta de preços, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura do procedimento e fiquem atendidos o interesse público e o da Administração, sem comprometimento da segurança da contratação.
- 18.4. Na divergência de valores expressos entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos; entre preços unitários e totais, os primeiros.
- 18.5. O Agente de Contratação e Equipe de Apoio ou ainda a autoridade superior poderá valer-se de pareceres emitidos por técnicos ou especialistas no assunto objeto desta licitação.
- 18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Edital em dia de expediente na Câmara Municipal e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 18.7. No caso de alteração neste Edital no curso do prazo estabelecido para a realização da licitação, o prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 18.8. Em caso de eventual divergência entre as disposições constantes dos documentos que integram a fase preparatória da presente licitação — tais como o Estudo Técnico Preliminar, o Termo de Referência e a Minuta de Contrato ou



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

demais anexos— e aquelas previstas neste Edital, prevalecerão sempre as disposições estabelecidas no Edital, em observância ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, previsto no art. 5º, caput, da Lei nº 14.133/2021.

18.9. São anexos deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência e planilhas de composições;

Anexo II – Minuta de Contrato;

Anexo III – Modelo de declaração de negativa de inidoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o poder público;

Anexo IV – Declaração da Proposta Econômica;

Anexo V – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;

Anexo VI – Modelo de Declaração Requisitos de Habilitação;

Anexo VII – Modelo de Declaração Reserva de Cargos;

Anexo VIII – Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IX – Modelo de Declaração de Cumprimento da LGPD;

Anexo X – Modelo de Declaração do art. 7º, XXXIII da CF;

Anexo XI – Modelo de Declaração de ciência das informações e condições locais;

Anexo XII - Modelo de Declaração de Inexistência de Servidor Público Municipal no Quadro de Pessoal da Empresa Licitante.

19. DO FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campo Bom - RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação, da Ata de Registro de Preços e do contrato decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Campo Bom, 11 de maio de 2026.

JOÃO PAULO BERKEMBROCK,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO I

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
TERMO DE REFERÊNCIA E PLANILHAS DE COMPOSIÇÕES

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de uma empresa para a realização da reforma do Plenário da Câmara de Vereadores de Campo Bom, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica.

2 DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Este Termo de Referência tem como objetivo a contratação de empresa, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica para a reforma do Plenário da Câmara de Vereadores de Campo Bom.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1	Reforma do Plenário da Câmara de Vereadores, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica.	Serviço	1	R\$ 907.134,76

O serviço é enquadrado como não contínuo, tendo em vista que não há necessidade permanente de execução de tarefas, considerando-se os dispostos no Estudo Técnico Preliminar.

Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades estabelecidas no Projeto Básico.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

O prazo de execução da obra é de 4 (quatro) meses, contados da emissão da ordem de serviço.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A reforma do Plenário da Câmara de Vereadores se faz necessária em razão da existência de excessivos desníveis e degraus no piso, que já ocasionaram diversos acidentes, colocando em risco vereadores, servidores, autoridades, homenageados e o público em geral.

Atualmente o espaço não oferece condições adequadas de acessibilidade, inviabilizando o acesso de pessoas com mobilidade reduzida à tribuna e à mesa diretora.

A reforma deverá buscar o maior nível de acessibilidade possível, em conformidade com a ABNT NBR 9050, respeitando as características do prédio existente, garantindo segurança, funcionalidade e inclusão.

Além disso, torna-se necessária a modernização do Plenário com a criação de uma nova Galeria dos Presidentes e a readequação das áreas destinadas às equipes de apoio, áudio e vídeo, sistema, comunicação, ata e intérpretes de Libras, localizadas lateralmente ao plenário.

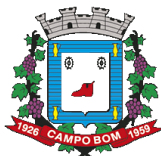
Será feita a contratação de uma empresa, para a reforma do Plenário da Câmara de Vereadores de Campo Bom, com fornecimento de material, mão de obra e responsabilidade técnica, por meio de uma licitação na forma de concorrência.

A contratação está amparada pelo art. 28, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, a contratação ora proposta atende ao interesse público, observa os princípios da legalidade, economicidade e eficiência, e assegura a continuidade dos serviços prestados pela Câmara Municipal ao longo do exercício vigente.

4 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A contratação destina-se a execução de obra do tipo convencional, com elementos definidos em projeto básico que deverão prever os seguintes serviços:

- Serviços preliminares;
- Demolições e remoções;
- Movimento de terra;
- Impermeabilização para elevação de nível (aterro interno);



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- Alvenaria de blocos de concreto e sistema de contenção;
- Instalações hidrossanitárias e drenagem de climatização;
- Equipamentos de climatização e ventilação;
- Paredes divisórias em gesso acartonado (drywall);
- Forros e beirais;
- Revestimentos argamassados;
- Acabamentos decorativos;
- Esquadrias;
- Soleiras;
- Pavimentações internas – revestimentos vinílicos LVT (sistema colado);
- Rodapés internos;
- Pinturas e proteções;
- Guarda-corpos e corrimões;
- Letreiros e identidade visual;
- Galeria de Presidentes (painéis de exibição institucional);
- Áreas externas (pavimentação, acessos e paisagismo);
- Serviços finais e entrega da obra.

Tais serviços devem ser realizados conforme descrito nos projetos e memorial descritivo já elaborados, incluindo mão de obra, equipamentos e materiais necessários, conforme condições e especificações constantes nos documentos anexos.

As intervenções deverão manter o padrão de qualidade existente e apresentar a melhor prática executiva, com elementos que apresentem vantagens para a contratação.

5 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A obra será executada por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada, em conformidade com a legislação vigente e seguindo as especificações do projeto básico e projeto executivo elaborados. A compra dos materiais quantificados em planilha orçamentária deverá ser feita pela empresa, bem como a contratação da mão-de-obra especializada, que deverá ser feita seguindo as leis trabalhistas pertinentes.

A contratada deve estar devidamente registrada no conselho de engenharia ou arquitetura e cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, mantendo durante toda a



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O regime de execução dos serviços é o de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Para a presente contratação foi elaborado Projeto Básico com os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, que assegure a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, de modo a possibilitar a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual, no todo ou em parte, exceto se formalmente autorizada pelo contratante.

Se houver necessidade de avaliação do local de execução dos serviços uma visita poderá ser agendada pelo telefone (51) 3598-4500 ou e-mail licitacao@camaracb.rs.gov.br, com o objetivo da empresa inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes. O licitante que optar por realizar visita técnica receberá um atestado de visita. Caso opte por não realizar a visita, deverá preencher a declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

Diante da faculdade da realização da vistoria, o licitante não poderá alegar o desconhecimento das condições como justificativa para se eximir das obrigações assumidas.

6 IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação pretendida caracteriza-se como obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura contratada empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, dando destinação adequada aqueles de inevitável produção, visando mitigar os possíveis danos ambientais.

Assim, a contratada deverá promover a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos inevitavelmente gerados, em conformidade com a legislação vigente e as normas aplicáveis.

O Projeto Básico contém o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado definindo e dimensionando a obra, de modo a assegurar o tratamento apropriado do impacto ambiental.

Diante disso, na execução da reforma deverá a contratante e a contratada a observância das normas de proteção ambiental, cabendo a primeira fiscalização



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

quanto ao estrito cumprimento da legislação e a segunda o respeito às leis ambientais na consecução da obra.

7 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O início da execução do objeto será na data da emissão da ordem de serviço.

O local da execução dos serviços é na Rua Lima e Silva, nº 68, Centro, Campo Bom/RS.

Cronograma de realização dos serviços:

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro														
Serviços	Qty.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
SERVIÇOS INICIAIS														
1.1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PLACA DE OBRA COM CHAPA GALVANIZADA E ESTRUTURA DE MADEIRA	2,50	m²	1.535,78	100,00	1.535,78		0,00		0,00		0,00	100,00	1.535,78
1.2	LOCACAO DE CONTAINER 2,30 X 6,00 M, ALT. 2,50 M, PARA DEPÓSITO, SEM DIVISÓRIAS INTERNAS E SEM SANITARIO	4,00	mês	4.261,12	25,00	1.065,28	25,00	1.065,28	25,00	1.065,28	25,00	1.065,28	100,00	4.261,12
1.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO CARROCERIA COM GUINDAUTO (MUNCK), MOMENTO MÁXIMO DE CARGA 11,7 TM, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMIT ATÉ 30KM	144,00	txkm	609,12	100,00	609,12		0,00		0,00		0,00	100,00	609,12
1.4	ALUGUEL MENSAL DE BANHEIRO QUIMICO PADRAO STANDARD COM 3 LIMPEZAS SEMANAIS	4,00	mês	1.440,40	25,00	360,10	25,00	360,10	25,00	360,10	25,00	360,10	100,00	1.440,40
1.5	TAPUME COM TELHA METÁLICA - INCLUSOS PORTÕES	110,00	m²	11.156,20	100,00	11.156,20		0,00		0,00		0,00	100,00	11.156,20
1.6	PLANO GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS DA CONSTRUÇÃO CIVIL (PGRCC) - ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA	8,00	h	1.378,56	100,00	1.378,56		0,00		0,00		0,00	100,00	1.378,56
1.7	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA (2 HORAS/DIA)	200,00	h	34.464,00	25,00	8.616,00	25,00	8.616,00	25,00	8.616,00	25,00	8.616,00	100,00	34.464,00
				54.845,18		24.721,04		10.041,38		10.041,38		10.041,38		54.845,18
DEMOLIÇÕES/ REMOÇÕES														
2.1	REMOÇÃO DE VEGETAÇÃO - POSTERIOR REPLANTIO	9,39	m²	61,60	100,00	61,60		0,00		0,00		0,00	100,00	61,60
2.2	MARCENEIRO - DESMONTAGEM/ ADEQUAÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA	150,00	h	5.196,00	100,00	5.196,00		0,00		0,00		0,00	100,00	5.196,00
2.3	REMOÇÃO DE POLTRONAS	68,00	un	2.104,60	100,00	2.104,60		0,00		0,00		0,00	100,00	2.104,60
2.4	REMOCAO APARELHO DE AR COND (EVAP/CONDS) HIWALL C/REAPR	6,00	un	971,58	100,00	971,58		0,00		0,00		0,00	100,00	971,58
2.5	REMOCAO APARELHO DE TELEVISÃO/ CAIXAS DE SOM/ ILUMINAÇÃO DE EMERGÊNCIA/ CAMERAS/ INTERNET	3,00	un	483,96	100,00	483,96		0,00		0,00		0,00	100,00	483,96



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS													BDI: 23,96%	
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA													ENCARGOS: NÃO DESONERADOS	
Rua Lima e Silva, n° 68 - Bairro Centro													BASE: SINAPI - 03/2026	
													SBC - 04/2026	
Serviços	Qtd.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
2.6	REMOÇÃO DE LETREIRO E PORTA RETRATOS - COM REAPROVEITAMENTO	89,00	un	932,72	100,00	932,72		0,00		0,00		0,00	100,00	932,72
2.7	PROTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM PLÁSTICO BOLHA - POLTRONAS = 2 CAMADAS/ TVs = 4 CAMADAS/ SPLITS = 4 CAMADAS	77,00	un	4.154,92	100,00	4.154,92		0,00		0,00		0,00	100,00	4.154,92
2.8	PROTEÇÃO DE EQUIPAMENTOS COM PLÁSTICO BOLHA - PORTA RETRATOS/ LETREIROS/ LUM. EMERG/ CX. SOM	89,00	un	1.430,23	100,00	1.430,23		0,00		0,00		0,00	100,00	1.430,23
2.9	REMOCAO DE GUARDA CORPO SEM REAPROVEITAMENTO	44,27	m²	1.783,20	100,00	1.783,20		0,00		0,00		0,00	100,00	1.783,20
2.10	REMOÇÃO DE PISO LAMINADO/ ACESSÓRIOS DE FORMA MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO	381,87	m²	13.602,21	100,00	13.602,21		0,00		0,00		0,00	100,00	13.602,21
2.11	REMOÇÃO DE FORROS DE DRYWALL, PVC E FIBROMINERAL DE FORMA MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO	424,06	m²	1.212,81	100,00	1.212,81		0,00		0,00		0,00	100,00	1.212,81
2.12	REMOÇÃO DE LUMINÁRIAS DE FORMA MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO	71,00	un	183,89	100,00	183,89		0,00		0,00		0,00	100,00	183,89
2.13	ALUGUEL MENSAL ANDAIME TUBULAR (REMOÇÃO DE FORROS/ ESTRUTURA/ LUMINÁRIAS)	1,00	mês	1.021,57	100,00	1.021,57		0,00		0,00		0,00	100,00	1.021,57
2.14	DEMOLIÇÃO DE FORRO DE GESSO DE FORMA MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO	10,53	m²	43,70	100,00	43,70		0,00		0,00		0,00	100,00	43,70
2.15	DEMOLIÇÃO DE ALVENARIA DE BLOCO FURADO DE FORMA MANUAL - APROVEITAMENTO PARA REGULARIZAÇÃO	6,95	m³	560,80	100,00	560,80		0,00		0,00		0,00	100,00	560,80
2.16	DEMOLICAO MANUAL DIVSORIA DE QUALQUER ESPESURA S/ REAPROVEIT - INCLUSO PORTAS	102,70	m²	2.078,65	100,00	2.078,65		0,00		0,00		0,00	100,00	2.078,65
2.17	DEMOLIÇÃO DE PISO DE CONCRETO SIMPLES DE FORMA MECANIZADA COM MARTELETE - APROVEITAMENTO PARA REGULARIZAÇÃO	3,55	m³	566,44	100,00	566,44		0,00		0,00		0,00	100,00	566,44
2.18	REMOÇÃO DE PORTAS DE FORMA MANUAL SEM REAPROVEITAMENTO (ACESSO EXTERNO - CABINE DE SOM)	1,68	m²	22,64	100,00	22,64		0,00		0,00		0,00	100,00	22,64
				36.411,52		36.411,52		0,00		0,00		0,00		36.411,52



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
Serviços	Qty.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
REGULARIZAÇÃO/ PAVIMENTAÇÃO														
3.1	ESPALHAMENTO/DISTRIBUICAO DE MATERIAL DEMOLIDO NA OBRA - SOMENTE CALIÇA DE ALVENARIA E DE CONTRAPISO	10,50	m³	1.618,37	100,00	1.618,37		0,00		0,00		0,00	100,00	1.618,37
3.2	ATERRO COMPACTADO MEIO MANUAL COM SAIBRO	18,55	m³	5.415,67	100,00	5.415,67		0,00		0,00		0,00	100,00	5.415,67
3.3	TRANSPORTE COM CAMINHÃO BASCULANTE DE 10 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30 KM - ATERRO	556,50	m³xkm	2.081,32	100,00	2.081,32		0,00		0,00		0,00	100,00	2.081,32
3.4	COMPACTAÇÃO MECÂNICA DE SOLO PARA EXECUÇÃO DE RADIER. PISO DE CONCRETO OU LAJE SOBRE SOLO, COM COMPACTADOR DE SOLOS TIPO PLACA VIBRATÓRIA	167,58	m²	162,55	100,00	162,55		0,00		0,00		0,00	100,00	162,55
3.5	VIGA BALDRAME EM CONCRETO ARMADO FCK 25MPA	0,73	m³	2.533,38	100,00	2.533,38		0,00		0,00		0,00	100,00	2.533,38
3.6	LASTRO COM MATERIAL GRANULAR, APLICADO EM PISOS OU LAJES SOBRE SOLO, ESPESSURA DE 5 CM	8,87	m³	2.357,12	100,00	2.357,12		0,00		0,00		0,00	100,00	2.357,12
3.7	CONTRAPISO DE CONCRETO FEITO EM OBRA, ACABAMENTO CONVENCIONAL, ESPESSURA 8 CM, ARMADO	177,33	m²	22.423,38	100,00	22.423,38		0,00		0,00		0,00	100,00	22.423,38
3.8	CONTRAPISO COM ARGAMASSA AUTONIVELANTE, APLICADO SOBRE LAJE, ADERIDO, ESPESSURA 3CM	428,33	m²	17.630,06	100,00	17.630,06		0,00		0,00		0,00	100,00	17.630,06
3.9	PISO VINÍLICO SEMI-FLEXÍVEL USO COMERCIAL, ESPESSURA 3,2 MM, CAPA DE USO 0,50MM, FIXADO COM COLA	455,40	m²	142.713,25		0,00	100,00	142.713,25		0,00		0,00	100,00	142.713,25
3.10	CANTONEIRA PARA DEGRAU DE ESCADA	150,00	m	11.080,50		0,00		0,00	100,00	11.080,50		0,00	100,00	11.080,50
3.11	CANTONEIRA DE ALUMÍNIO DE ABAS IGUAIS PARA PROTECAO DE QUINA DE PAREDE	24,80	m	1.591,17		0,00		0,00	100,00	1.591,17		0,00	100,00	1.591,17
3.12	RODAPÉ EM POLIESTIRENO ALTURA 10CM	127,65	m	7.701,13		0,00		0,00	100,00	7.701,13		0,00	100,00	7.701,13
3.13	SOLEIRA EM GRANITO, LARGURA 15 CM, ESPESSURA 2,0 CM	1,20	m	200,01		0,00		0,00	100,00	200,01		0,00	100,00	200,01



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro				BDI: 23.96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
Serviços	Qtd.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
3.14	PISO EM BASALTO APLICADO EM CALÇADAS OU PISOS EXTERNOS - RAMPAS EXTERNAS	9,75	m²	5.768,69		0,00		0,00		0,00	100,00	5.768,69	100,00	5.768,69
3.15	ASSENTAMENTO DE GUIA (MEIO-FIO) EM TRECHO RETO, CONFECCIONADA EM CONCRETO PRE-FABRICADO, DIMENSÕES 100X15X13X20 CM	5,00	m	298,25		0,00		0,00		0,00	100,00	298,25	100,00	298,25
3.16	EXECUÇÃO DE PASSEIO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO RETANGULAR COR NATURAL DE 20 X 10 CM, ESPESSURA 6 CM	7,35	m²	762,49		0,00		0,00		0,00	100,00	762,49	100,00	762,49
				224.337,34		54.221,85		142.713,25		20.572,81		6.829,43		224.337,34
PAREDES E ABERTURAS														
4.1	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 19X19X39 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA - NIVELAMENTO INTERNO/ GABINETE	32,17	m²	5.613,03		0,00	100,00	5.613,03		0,00		0,00	100,00	5.613,03
4.2	ISOLAMENTO COM PLACAS DE ISOPOR - NIVELAMENTO INTERNO	13,82	m²	633,37		0,00	100,00	633,37		0,00		0,00	100,00	633,37
4.3	PEDRA GRES PARA FUNDAÇÃO RASA - FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO - RAMPAS EXTERNAS	1,76	m²	1.203,52		0,00		0,00		0,00	100,00	1.203,52	100,00	1.203,52
4.4	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS VAZADOS DE CONCRETO DE 19X19X39 CM (ESPESSURA 19 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO EM BETONEIRA - RAMPAS EXTERNAS	7,50	m²	1.308,61		0,00		0,00		0,00	100,00	1.308,61	100,00	1.308,61
4.5	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM ARGAMASSA POLIMÉRICA BASE CIMENTÍCIA - 4 DEMÃOS	13,82	m²	1.080,31		0,00	100,00	1.080,31		0,00		0,00	100,00	1.080,31
4.6	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM UMA FACE SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS + REFORÇO EM PLACA DE OSB 18mm	69,49	m²	8.065,01		0,00		0,00	100,00	8.065,01		0,00	100,00	8.065,01
4.7	PAREDE COM SISTEMA EM CHAPAS DE GESSO PARA DRYWALL, USO INTERNO, COM DUAS FACES SIMPLES E ESTRUTURA METÁLICA COM GUIAS SIMPLES, SEM VÃOS + REFORÇO OSB 18mm EM DUAS FACES (ÁREA TOTAL)	75,30	m²	25.903,95		0,00		0,00	100,00	25.903,95		0,00	100,00	25.903,95
4.8	PAINEL MDF CONCRETO E MDF RIPADO, INCLUSO PORTAS	1,00	cj	98.153,82		0,00		0,00	100,00	98.153,82		0,00	100,00	98.153,82
4.9	JANELA DE ALUMÍNIO DE CORRER COM 2 FOLHAS 160X40CM PARA VIDROS (VIDROS INCLUSOS), BATENTE/ REQUADRO 6 A 14 CM, ACABAMENTO COM ACETATO OU BRILHANTE, FIXAÇÃO COM PARAFUSO, VEDAÇÃO COM SILICONE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	0,64	m²	347,73		0,00		0,00	100,00	347,73		0,00	100,00	347,73



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
Serviços	Qty.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
4.10	VERGA MOLDADA IN LOCO EM CONCRETO, ESPESSURA DE 15CM	1,60	m	130,46		0,00	100,00	130,46		0,00		0,00	100,00	130,46
4.11	PORTA CHAPA DE ACO 1 FL. 1,00x2,10m	1,00	un	1.928,09		0,00	100,00	1.928,09		0,00		0,00	100,00	1.928,09
				144.367,90		0,00		9.385,26		132.470,51		2.512,13		144.367,90
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS														
5.1	QUADRO DISTRIBUICAO SOBREPORA PARA 24 DISJUNTORES COM BARRAMENTO	1,00	un	2.129,90		0,00		0,00	100,00	2.129,90		0,00	100,00	2.129,90
5.2	DISJUNTOR TRIPOLAR DIN 63A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,00	un	129,46		0,00		0,00	100,00	129,46		0,00	100,00	129,46
5.3	DISPOSITIVO DPS 40KA-175V OU 275V - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,00	un	16,90		0,00		0,00	100,00	16,90		0,00	100,00	16,90
5.4	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 16A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	7,00	un	96,67		0,00		0,00	100,00	96,67		0,00	100,00	96,67
5.5	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 20A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,00	un	15,05		0,00		0,00	100,00	15,05		0,00	100,00	15,05
5.6	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 32A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,00	un	18,37		0,00		0,00	100,00	18,37		0,00	100,00	18,37
5.7	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 25 MM (3/4"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	45,00	m	647,55		0,00		0,00	100,00	647,55		0,00	100,00	647,55
5.8	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM PAREDE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	19,00	m	357,20		0,00		0,00	100,00	357,20		0,00	100,00	357,20
5.9	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 25 MM (3/4") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	18,00	m	419,58		0,00		0,00	100,00	419,58		0,00	100,00	419,58
5.10	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	32,00	m	864,64		0,00		0,00	100,00	864,64		0,00	100,00	864,64



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
Serviços	Qty.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
5.11	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 50 MM (2") - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	9,00	m	478,26		0,00		0,00	100,00	478,26		0,00	100,00	478,26
5.12	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	450,00	m	2.709,00		0,00		0,00	100,00	2.709,00		0,00	100,00	2.709,00
5.13	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 4 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	401,00	m	3.729,30		0,00		0,00	100,00	3.729,30		0,00	100,00	3.729,30
5.14	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 10 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	60,00	m	1.391,40		0,00		0,00	100,00	1.391,40		0,00	100,00	1.391,40
5.15	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	1,00	un	48,71		0,00		0,00	100,00	48,71		0,00	100,00	48,71
5.16	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	13,00	un	1.029,73		0,00		0,00	100,00	1.029,73		0,00	100,00	1.029,73
5.17	TOMADA MÉDIA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	3,00	un	278,64		0,00		0,00	100,00	278,64		0,00	100,00	278,64
5.18	TOMADA ALTA DE EMBUTIR (2 MÓDULOS), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	8,00	un	643,92		0,00		0,00	100,00	643,92		0,00	100,00	643,92
5.19	TOMADA DE PISO 10A, CAIXA EM CONCRETO 20x20x15cm - CAIXA TOMADA DUTOTEC	8,00	un	4.618,32		0,00		0,00	100,00	4.618,32		0,00	100,00	4.618,32
5.20	CABO MICROFONE (XLR) BALANCEADO ESTEREO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	640,00	m	3.910,40		0,00		0,00	100,00	3.910,40		0,00	100,00	3.910,40
5.21	CABO DE REDE CAT6 ETHERNET E CFTV - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	608,00	m	1.969,92		0,00		0,00	100,00	1.969,92		0,00	100,00	1.969,92
5.22	CABO SDI RG6 (1694A) 4K 75 OHMS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	305,00	m	6.801,50		0,00		0,00	100,00	6.801,50		0,00	100,00	6.801,50
5.23	CAIXA DE PASSAGEM DE PISO EM CONCRETO 20x20x15cm SEM TAMPA - COM CAIXA ESPECIAL	22,00	un	11.336,82		0,00	100,00	11.336,82		0,00		0,00	100,00	11.336,82
5.24	CAIXA DE PASSAGEM DE PISO EM CONCRETO 30x30x15cm SEM TAMPA - COM CAIXA ESPECIAL	24,00	un	18.589,92		0,00	100,00	18.589,92		0,00		0,00	100,00	18.589,92



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, n° 68 - Bairro Centro				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
Serviços	Qtd.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
5.25	DUTO DE PISO PERFIL 25 SIMPLES COM TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	147,00	m	23.459,73		0,00	100,00	23.459,73		0,00		0,00	100,00	23.459,73
5.26	DUTO DE PISO PERFIL 45 SIMPLES COM TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	12,00	m	2.784,96		0,00	100,00	2.784,96		0,00		0,00	100,00	2.784,96
5.27	DUTO DE PISO PERFIL 25 DUPLO COM TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	18,00	m	3.169,98		0,00	100,00	3.169,98		0,00		0,00	100,00	3.169,98
5.28	DUTO DE PISO PERFIL 25 TRIPLO COM TAMPA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	12,00	m	2.330,88		0,00	100,00	2.330,88		0,00		0,00	100,00	2.330,88
5.29	LUMINÁRIA RETANGULAR DE EMBUTIR COM LED DE 45 W, TEMP. 4000K, FLUXO LUM. 4500LM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	77,00	un	16.960,79		0,00		0,00		0,00	100,00	16.960,79	100,00	16.960,79
5.30	TRILHO ELETRIFICADO P/ SPOT LED 10W	45,00	m	4.347,90		0,00		0,00		0,00	100,00	4.347,90	100,00	4.347,90
5.31	LUMINÁRIA TIPO SPOT / TRILHO 10W 3000K	49,00	un	3.335,92		0,00		0,00		0,00	100,00	3.335,92	100,00	3.335,92
5.32	INTERRUPTOR SIMPLES SOBREPOR (3 MÓDULOS), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - FORRO	3,00	un	252,96		0,00		0,00		0,00	100,00	252,96	100,00	252,96
5.33	DISJUNTOR MONOPOLAR TIPO DIN, CORRENTE NOMINAL DE 10A - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - FORRO	2,00	un	27,62		0,00		0,00		0,00	100,00	27,62	100,00	27,62
5.34	CABO DE COBRE FLEXÍVEL ISOLADO, 2,5 MM², ANTI-CHAMA 450/750 V, PARA CIRCUITOS TERMINAIS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - FORRO	529,40	m	3.186,98		0,00		0,00		0,00	100,00	3.186,98	100,00	3.186,98
5.35	ELETRODUTO FLEXÍVEL CORRUGADO, PVC, DN 32 MM (1"), PARA CIRCUITOS TERMINAIS, INSTALADO EM FORRO - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - FORRO	194,00	m	5.540,64		0,00		0,00		0,00	100,00	5.540,64	100,00	5.540,64
5.36	ELETRODUTO RÍGIDO SOLDÁVEL, PVC, DN 32 MM (1"), APARENTE - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - FORRO	5,00	m	135,10		0,00		0,00		0,00	100,00	135,10	100,00	135,10
5.37	CAIXA DE SOBREPOR PARA ELÉTRICA 15X15X10CM - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO - FORRO	80,00	un	3.459,20		0,00		0,00		0,00	100,00	3.459,20	100,00	3.459,20
				131.223,82		0,00		61.672,29		19.622,60		49.928,93		131.223,82



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS					BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026									
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro					Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL	
Serviços	Qtd.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
INSTALAÇÕES HDRAULICAS														
6.1	CAIXA DE GORDURA PEQUENA (CAPACIDADE: 19 L), CIRCULAR, EM PVC, DIÂMETRO INTERNO= 0,3 M. AF_12/2020	1,00	un	656,27		0,00	100,00	656,27		0,00		0,00	100,00	656,27
6.2	INSTALAÇÃO DE TUBO DE PVC, SÉRIE NORMAL, ESGOTO PREDIAL, DN 50 MM (INSTALADO EM RAMAL DE DESCARGA OU RAMAL DE ESGOTO SANITÁRIO), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES PARA, PRÉDIOS	1,30	m	180,28		0,00	100,00	180,28		0,00		0,00	100,00	180,28
6.3	INSTALAÇÃO DE TUBO PVC, SÉRIE N, ESGOTO PREDIAL, DN 75 MM, (INST. EM RAMAL DE DESCARGA, RAMAL DE ESG. SANITÁRIO, PRUMADA DE ESG. SANITÁRIO OU VENTILAÇÃO), INCL. CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, P/ PRÉDIOS	3,00	m	202,08		0,00	100,00	202,08		0,00		0,00	100,00	202,08
6.4	INSTALAÇÃO DE TUBOS DE PVC, SOLDÁVEL, ÁGUA FRIA, DN 25 MM (INSTALADO EM RAMAL, SUB-RAMAL, RAMAL DE DISTRIBUIÇÃO OU PRUMADA), INCLUSIVE CONEXÕES, CORTES E FIXAÇÕES, PARA PRÉDIOS	3,80	m	243,20		0,00	100,00	243,20		0,00		0,00	100,00	243,20
				1.281,83		0,00		1.281,83		0,00		0,00		1.281,83
ACABAMENTOS														
7.1	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIAS E ESTRUTURAS DE CONCRETO INTERNAS, COM COLHER DE PEDREIRO. ARGAMASSA TRAÇO 1:3 COM PREPARO EM BETONEIRA 400L	24,10	m²	146,53		0,00		0,00	100,00	146,53		0,00	100,00	146,53
7.2	MASSA ÚNICA, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8 PREPARO MECÂNICO, APLICADA MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 10MM, COM TALISCAS	24,10	m²	729,26		0,00		0,00	100,00	729,26		0,00	100,00	729,26
7.3	EMASSAMENTO COM MASSA LÁTEX, APLICAÇÃO EM PAREDE, DUAS DEMÃOS, LIXAMENTO MANUAL	108,69	m²	2.745,51		0,00		0,00		0,00	100,00	2.745,51	100,00	2.745,51
7.4	FUNDO SELADOR ACRÍLICO, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDE, UMA DEMÃO	108,69	m²	541,28		0,00		0,00		0,00	100,00	541,28	100,00	541,28
7.5	PINTURA LÁTEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	281,34	m²	4.917,82		0,00		0,00		0,00	100,00	4.917,82	100,00	4.917,82
7.6	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SIINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS)	9,66	m²	647,80		0,00		0,00		0,00	100,00	647,80	100,00	647,80



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, n° 68 - Bairro Centro					BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026									
Serviços	Qty.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
7.7	ALUGUEL MENSAL ANDAIME TUBULAR (MONTAGEM FORRO/ LUMINÁRIAS)	2,00	mês	2.043,14		0,00		0,00	100,00	2.043,14		0,00	100,00	2.043,14
7.8	FORRO EM FIBRA MINERAL, PARA AMBIENTES COMERCIAIS, INCLUSIVE ESTRUTURA DE FIXAÇÃO	424,06	m²	56.934,30		0,00		0,00	100,00	56.934,30		0,00	100,00	56.934,30
				68.705,64		0,00		0,00		59.853,23		8.852,41		68.705,64
SERVIÇOS ESPECIAIS														
8.1	GUARDA-CORPO DE EM INÓX, BARRA SUPERIOR/ INFERIOR 20x40MM, COLUNAS 50x50MM, BARRAS INTERMEDIÁRIAS 15x15MM NA VERTICAL - RAMPA EXTERNA	1,00	cj	14.689,26		0,00		0,00		0,00	100,00	14.689,26	100,00	14.689,26
8.2	CORRIMÃO EM INOX TUBO 38MM, ALTURA DE 70/92CM FIXAÇÃO EM PAREDES - RAMPA EXTERNA	1,00	cj	13.015,80		0,00		0,00		0,00	100,00	13.015,80	100,00	13.015,80
8.3	BARREIRAS DE PROTEÇÃO EM INÓX, TUBO 2", PAREDE DE 1,5MM	9,00	un	11.590,29		0,00		0,00		0,00	100,00	11.590,29	100,00	11.590,29
8.4	GUARDA CORPO EM VIDRO TEMPERADO LAMINADO 6+6MM, TORRE EM INÓX 35CM, INCLUSO 03 PORTÕES	1,00	cj	37.435,92		0,00		0,00		0,00	100,00	37.435,92	100,00	37.435,92
8.5	CORRIMÃO EM INOX TUBO 38MM, ALTURA DE 70/92CM FIXAÇÃO EM PAREDES - RAMPA DO PLENÁRIO	1,00	cj	9.049,08		0,00		0,00		0,00	100,00	9.049,08	100,00	9.049,08
8.6	GUARDA CORPO EM VIDRO TEMPERADO LAMINADO 10+10MM, TORRE EM INÓX 35CM	1,00	cj	75.925,50		0,00		0,00		0,00	100,00	75.925,50	100,00	75.925,50
8.7	CORRIMÃO EM INOX TUBO 38MM, ALTURA DE 70/92CM FIXAÇÃO EM PAREDES - RAMPA ACESSO	1,00	cj	16.238,76		0,00		0,00		0,00	100,00	16.238,76	100,00	16.238,76
8.8	CORRIMÃO DUPLO FIXADO EM PAREDE, DIÂMETRO EXTERNO = 1 1/2", EM AÇO GALVANIZADO - RAMPA INTERNA/ GABINETES	4,20	m	891,24		0,00		0,00		0,00	100,00	891,24	100,00	891,24
8.9	INSTALAÇÃO DE POLTRONAS/CADEIRA/ASSENTO DESPORTIVO, FIXADAS COM PARAFUSOS	68,00	un	4.640,32		0,00		0,00		0,00	100,00	4.640,32	100,00	4.640,32
8.10	INSTALAÇÃO AR CONDICIONADO SPLIT ON/OFF, HI-WALL (PAREDE)	6,00	un	1.398,66		0,00		0,00		0,00	100,00	1.398,66	100,00	1.398,66



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS														
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, nº 68 - Bairro Centro				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026										
Serviços	Qtd.	Un	Total	Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL		
				%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
8.11	INSTALAÇÃO DE TELEVISÃO + SUPORTE METÁLICO PARA TV ATÉ 80 POLEGADAS - BRAÇO LONGO (101CM)	3,00	un	2.886,09		0,00		0,00		0,00	100,00	2.886,09	100,00	2.886,09
8.12	INSTALAÇÃO DE CAIXAS DE SOM/ LUMINÁRIAS EMERGÊNCIA	11,00	un	1.293,60		0,00		0,00		0,00	100,00	1.293,60	100,00	1.293,60
8.13	ESPALHAMENTO DE TERRA VEGETAL PARA O PLANTIO	9,39	m²	52,50		0,00		0,00		0,00	100,00	52,50	100,00	52,50
8.14	PLANTIO DE VEGETAÇÃO REMOVIDA	9,39	m²	845,10		0,00		0,00		0,00	100,00	845,10	100,00	845,10
8.15	LETRA CAIXA EM AÇO INOX (AISI 304), CHAPA NUM. 22, RECORTADO, H= 17/20 CM	49,00	un	10.548,23		0,00		0,00		0,00	100,00	10.548,23	100,00	10.548,23
8.16	PORTA RETRATOS	41,00	un	37.674,49		0,00		0,00		0,00	100,00	37.674,49	100,00	37.674,49
				238.174,84		0,00		0,00		0,00		238.174,84		238.174,84
SERVIÇOS COMPLEMENTARES/ FINAIS														
9.1	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3 - RESÍDUOS CLASSE A	1,00	un	661,60		0,00		0,00		0,00	100,00	661,60	100,00	661,60
9.2	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3 - RESÍDUOS CLASSE B	1,00	un	661,60		0,00		0,00		0,00	100,00	661,60	100,00	661,60
9.3	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3 - RESÍDUOS CLESSE C	1,00	un	661,60		0,00		0,00		0,00	100,00	661,60	100,00	661,60
9.4	BOTA FORA EM CACAMBA 5M3 - RESÍDUOS CLASSE D	1,00	un	661,60		0,00		0,00		0,00	100,00	661,60	100,00	661,60
9.5	TRANSPORTE COM CAMINHÃO POLIGUINDASTE SIMPLES 8 T DE 8 M³, EM VIA URBANA PAVIMENTADA, DMT ATÉ 30KM (UNIDADE: M³XKM)	600,00	m³xkm	2.562,00		0,00		0,00		0,00	100,00	2.562,00	100,00	2.562,00



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

MUNICÍPIO DE CAMPO BOM/ RS				BDI: 23,96% ENCARGOS: NÃO DESONERADOS BASE: SINAPI - 03/2026 SBC - 04/2026									
CAMARA MUNICIPAL DE VERADORES - REFORMA Rua Lima e Silva, n° 68 - Bairro Centro				Mês 01		Mês 02		Mês 03		Mês 04		TOTAL	
Qtid.	Un	Total	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
9.6	LIMPEZA GERAL DE OBRA	424,06 m²	2.578,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100,00	2.578,29	100,00	2.578,29	
			7.786,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		7.786,69		7.786,69	
			907.134,76	115.354,41	225.094,01	242.560,53		324.125,81		907.134,76			

Documento assinado digitalmente
gov.br VINICIUS DE KAYSER ORTOLAN
Data: 07/05/2026 08:52:22-0300
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vinicius Ortolan
Engenheiro Civil
CREA/RS 198.671
ART 14372125
05/05/2026



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

A cada período a contratada emitirá a nota fiscal e planilha dos serviços executados. As medições serão feitas por serviço executado, conforme orçamento e cronograma do projeto básico. O controle será feito por meio de planilhas onde devem constar os serviços executados em porcentagens e valores.

O pagamento será mensal e a planilha deverá ter a assinatura do responsável pela fiscalização dos serviços, bem como do diretor geral. Somente serão contabilizadas as quantidades efetivamente executadas. Todo e qualquer serviço não previsto que for julgado indispensável pela fiscalização, para o perfeito cumprimento do objeto, deverá ser executado pela contratada e será acrescido ao contrato por meio de aditivo.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre a contratante e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

A contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a contratante convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por fiscal técnico e pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

A fiscalização do contrato acompanhará a execução deste, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente com competência para tal, conforme o caso.

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa, no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem executados em sua totalidade.

O contratado também apresentará, a cada medição, os documentos comprobatórios da procedência legal dos produtos e subprodutos florestais utilizados naquela etapa da execução contratual, quando for o caso.

Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 90 dias, contados do recebimento provisório, por comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

Para fins de liquidação, o fiscal competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme item anterior.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de 0,2% ao mês de juros de mora e correção monetária com base INPC.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O levantamento de mercado da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços do SINAPI.

Os referidos valores estão discriminados no orçamento, contendo os preços unitários e totais.

O valor estimado para o preço de referência ficou em R\$ 907.134,76 (novecentos e sete mil e cento e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos), conforme orçamento que faz parte do Projeto Básico realizado pela empresa de engenharia contratada para a confecção do Projeto de Reforma e no Termo de Referência.

11 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

12 CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA, REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

12 Para fins de habilitação e participação do pleito, o licitante declarado vencedor, deverá encaminhar por meio do sistema, juntamente com a proposta atualizada, os seguintes documentos de habilitação:

12.1.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

12.1.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.1.1.2 No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.1.3 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.1.1.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.1.1.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12.1.2 Documentação Relativa à Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

12.1.2.1 Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.1.2.2 Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;

12.1.2.3 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), expedidas pela Receita Federal;

12.1.2.4 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), pela Fazenda Pública Estadual;

12.1.2.5 Certidão negativa (ou positivas com efeitos de negativa), Municipal do domicílio ou sede da licitante;

12.1.2.6 Certidão Negativa de Débitos Trabalhista (conforme Lei Federal nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

12.1.3 Documentação Relativa à Regularidade Econômico-Financeira:

12.1.3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

12.1.3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais, transcrito no Livro Diário, registrado no órgão público competente e, para comprovação, deverá ser anexado o termo de abertura e encerramento do Livro Diário. É vedada a apresentação de balanços provisórios ou balancetes, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, os balanços poderão ser atualizados, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

GERAL DE PREÇOS - DE MERCADO - IGP-M, publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, ou de outro indicador que o venha substituir;

12.1.3.3 A verificação da situação financeira será avaliada por uma das seguintes formas:

12.1.3.3.1 Pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Endividamento Total (ET), resultante das seguintes fórmulas:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$ET = (PC + ELP) / (AT)$$

Sendo:

AC = Ativo Circulante

AT = Ativo Total

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo

Os valores mínimos para tais indicadores são:

LG > ou = 1,00 (um inteiro)

LC > ou = 1,00 (um inteiro)

ET < ou = 0,50 (zero vírgula cinquenta)

12.1.3.3.1.1 O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço, contendo também no mesmo uma declaração, sob as penas cabíveis, de que o cálculo apresentado atende integralmente as exigências do Edital. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado.

12.1.3.3.1.2 O licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

12.1.3.3.1.3 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

OU

12.1.3.3.2 Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo, na proporção de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

12.1.3.4 É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

12.1.3.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

12.1.3.5.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

12.1.3.5.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

12.1.3.6 Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.1.4 Qualificação Técnico – Profissional e Técnico-Operacional:

12.1.4.1 A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

12.1.4.1.1 Atestado de capacidade técnico – profissional, devidamente registrado no conselho competente acompanhado de CAT (Certidão de Acervo Técnico). As comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados: Para o cargo de engenheiro civil ou arquiteto.

12.1.4.1.1.1 Execução de obra de reforma ou construção de técnica equivalente e com metragem total semelhante a metragem a ser reformada.

12.1.4.1.2 Prova de Registro do Profissional (Técnico) no conselho profissional competente, emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) do(s) responsável(eis) técnico(s) da licitante.

12.1.4.1.3 Prova de vínculo do detentor do atestado de capacidade técnico-profissional com a empresa participante da licitação, caso este não esteja no rol de responsável técnico da empresa junto ao seu certificado de registro de pessoa jurídica do conselho, mediante apresentação de um dos meios abaixo:

12.1.4.1.3.1 vínculo profissional por meio da carteira de trabalho;

12.1.4.1.3.2 folha de registro de empregados;

12.1.4.1.3.3 contrato de prestação de serviço;

12.1.4.1.3.4 em caso de sócio ou diretor por meio do contrato social da empresa.

12.1.4.1.4 Certificado de Registro de Pessoa Jurídica emitido pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

12.1.4.1.5 Comprovação de capacidade técnico – operacional do licitante, através de certidões ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrado no conselho competente, comprovando a execução das seguintes parcelas de maior relevância:

12.1.4.1.5.1 Execução de obra de reforma ou construção de técnica equivalente e com metragem total semelhante a metragem a ser reformada.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

12.1.4.1.6 Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar dos serviços objeto da licitação, sendo admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração.

12.1.4.1.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

12.1.4.1.8 Não será admitido o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para comprovação dos quantitativos mínimos demandados;

12.1.4.1.9 Caso a vencedora do certame seja de outro Estado da Federação, deverá providenciar o visto do atestado para exercer a atividade neste Estado junto ao órgão competente, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da assinatura do contrato;

12.1.5 Documentação complementar:

12.1.5.1 Declaração de Negativa de Inidoneidade e Ausência de Fato Impeditivo para Licitar com o Poder Público, conforme modelo apresentado no Anexo III, assinada pelo representante legal da licitante, sob as penas da lei.

12.1.5.2 Declaração referente ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo apresentado no Anexo X.

12.1.5.3 Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei, conforme modelo apresentado no Anexo VI.

12.1.5.4 Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme modelo apresentado no Anexo VII.

12.1.5.5 Declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, conforme modelo apresentado no Anexo IV.

12.1.5.6 Declaração de que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, conforme Anexo IX.

12.1.5.7 O licitante poderá realizar visita técnica no local onde será executado o serviço, com o objetivo de inteirar-se das condições e grau de dificuldades existentes, mediante prévio agendamento de horário junto à Câmara Municipal de Campo Bom, no telefone (51) 3598 4500, ou e-mail licitacao@camaracb.rs.gov.br.

12.1.5.7.1 O licitante que optar por realizar visita técnica receberá um atestado de visita, emitido pela administração.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

12.1.5.7.2 Caso optar por não realizar a visita, deverá preencher a declaração do Anexo XI, de tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

12.1.5.7.3 Tendo em vista a faculdade da realização da vistoria, os licitantes não poderão alegar o desconhecimento das condições como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas em decorrência deste.

12.1.5.8 Declaração de que não emprega servidor público municipal, observando as condições que possam constituir conflito de interesse, nos termos do artigo 9º da Lei 14.133/2021, conforme modelo apresentado no Anexo XII.

12.2 Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório deverão ser enviados eletronicamente, em campo próprio via sistema;

12.3 A documentação que faz prova da regularidade fiscal poderá ser apresentada mediante documentos extraídos via Internet, cuja aceitação ficará condicionada à verificação de sua autenticidade, pelo acesso ao site do Órgão que os expediu.

12.4 As certidões que não tenham prazo de validade expresso terão como válidas pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua emissão.

12.5 O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste instrumento convocatório ou com irregularidades será inabilitada.

12.5.1 A inabilitação de que trata o subitem 7.5 não será automática, facultando-se ao agente de contratação a instauração de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações apresentadas, quando a irregularidade for sanável e restar evidenciada a boa fé da proponente, nos termos do §1º do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

12.6 A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que tiver interesse na utilização dos benefícios da Lei Complementar n.º 123/2006, deverá apresentar declaração de enquadramento, nos termos do Anexo V ou Certidão da Junta Comercial.

12.7 A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte que possuir restrição em qualquer dos documentos de regularidade fiscal ou trabalhista, previstos neste edital, em sendo declarada vencedora, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da declaração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positiva com efeito de certidão negativa.

12.8 O benefício de que trata o item anterior não eximirá licitante da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

12.9 A não regularização da documentação, no prazo fixado implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis, sendo facultado à Câmara Municipal convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

13 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento da Câmara de Vereadores de Campo Bom.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores
- 0001.031.0001.200.1 – Manutenção da Atividade Legislativa
- 4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações

14. ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

14.1. A garantia dos serviços, materiais e equipamentos, será:

14.1.1. pela solidez e segurança do objeto contratado, assim como dos materiais e equipamentos, bem como do solo;

14.1.2. pelos danos pessoais e materiais causados ao contratante, vizinhos da obra e terceiros em geral, tanto por seus empregados e prepostos, como por fornecedores ou subcontratados, durante a execução da obra ou dela decorrentes;

14.1.3. pelo pagamento de todas as importâncias devidas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, e fundiárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinário, seguros, licenças, cópias dos projetos, entre outros, decorrentes e necessários à execução da obra;

14.1.4. pelos defeitos e imperfeições verificados, não relacionados com a segurança e solidez do objeto.

14.2. A garantia implica na obrigação de execução imediata dos reparos que se fizerem necessários, inclusive com substituição de materiais e/ou equipamentos, sem qualquer ônus para o Contratante.

14.3. A Contratada deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir de seu recebimento definitivo da obra.

APROVAÇÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

Aprovo o termo de referência e determino ao a equipe de contratação a realização dos atos necessários à aquisição/contratação do objeto.

João Paulo Berkembrock - Presidente



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO II

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO N.º ____/2026

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE FIRMAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE VEREADORES DE
CAMPO BOM

E _____ autorizado
através do Processo nº 16/2026.

NOME E QUALIFICAÇÃO DAS PARTES

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO BOM,
entidade de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 02.328.731/0001-96,
sediada na Rua Lima e Silva, nº 68, Campo Bom, RS, neste ato representado por
seu Presidente, Vereador JOÃO PAULO BERKEMBROCK, doravante designado
simplesmente CONTRATANTE;

CONTRATADA: _____, pessoa jurídica de Direito Privado,
inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede na Rua / Av. _____,
nº ____, Bairro _____, _____, _____, neste ato representada por seu
representante legal, Sr. _____, doravante designada simplesmente
CONTRATADA.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

Pelo presente, as partes acima qualificadas, doravante somente designadas CONTRATANTE e CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do procedimento licitatório na modalidade de Concorrência n.º 01/2026, em consonância com a Lei nº 14.133/21 e demais normas legais que regem a espécie, às quais as partes se obrigam nas condições estabelecidas nas cláusulas a seguir declinadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa com fornecimento de materiais, mão de obra e responsabilidade técnica para a reforma do Plenário da Câmara Municipal, a serem executados em regime de empreitada por preço global, com medições por preço unitário, conforme especificações técnicas detalhadas no termo de referência, edital, projeto técnico a ser executado, proposta do licitante, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

2.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 04 (quatro) meses, contados da data de assinatura do presente instrumento, nos casos de assinatura eletrônica será considerado a data da última assinatura, podendo ser prorrogado, observadas as limitações legais, a critério exclusivo do CONTRATANTE, mediante elaboração de regular aditivo contratual.

2.2. Os serviços de que tratam este processo serão iniciados mediante solicitação formal da Presidência e deverão ser executados no prazo estabelecido do cronograma físico-financeiro e/ou nas condições previstas no memorial descritivo.

2.3. Antes da Autorização de Início da Obra, a empresa deverá reunir-se com a fiscalização responsável pelo contrato, e programar o cronograma físico-financeiro da obra.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

2.4. A emissão da autorização para início dos serviços será emitida imediatamente após a reunião prevista no item acima, a empresa terá, no máximo, 5 (cinco) dias para dar início efetivo à execução, sob pena de rescisão unilateral do contrato.

2.5. Após a emissão do Termo de início dos serviços, a empresa deverá imediatamente produzir e instalar a Placa da Obra com os dados fornecidos pela fiscalização e informar o fiscal, bem como dar início efetivo aos serviços iniciais.

2.6. Somente serão admitidos pedidos de prorrogação de prazo se devidamente justificados nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133, de 2021 e se encaminhados ao fiscal do contrato antes do término do prazo contratual.

2.7. A prorrogação é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

2.8. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.9. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.10. Tudo aquilo que for considerado como mal executado, com vícios de material e/ou mão-de-obra, ou em desacordo com o constante no Edital e seus Anexos, na Proposta da Contratada ou nos Projetos, deverão ser refeitos e /ou substituídos, na forma determinada pelo CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após notificação da fiscalização, sem que acarrete em solicitação de ressarcimento por parte da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, no todo ou em parte, do objeto deste Contrato, exceto se formalmente autorizada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO

5.1 O preço total a ser pago pelo CONTRATANTE, referente à execução do objeto especificado na Cláusula I deste Instrumento, é de R\$(....), correspondente a R\$(....) para os materiais e R\$(....) para a mão de obra.

5.2 Incluídos no preço estão todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias (inclusive as relativas a acidentes de trabalho), fiscais e comerciais, assim como despesas com transporte, seguro, obtenção de registros e/ou licenças.

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento da contraprestação devida dar-se-á, de acordo com o cronograma físico-financeiro do processo, na conformidade do montante de serviços efetivamente executados no mês da competência, conforme calendário de pagamento do contratante, mediante a apresentação, pela contratada:

6.1.1. da pertinente nota fiscal, visada pelo fiscal do contrato e pelo Diretor Geral;

6.1.2. da correspondente planilha de medição, firmada pelo responsável técnico pela obra, pelo fiscal do contrato e pelo Diretor Geral;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

6.1.3. dos comprovantes de pagamento de salários e de recolhimento das contribuições previdenciárias e fundiárias relativas aos empregados utilizados na obra, no mês da competência;

6.2. Além do previsto no item anterior, a contratada deverá:

6.2.1. para recebimento do valor da primeira nota fiscal relativa ao preço da obra, apresentar:

6.2.1.1. ART do responsável técnico pela mesma, junto ao CREA, assinada e paga;

6.2.1.2. Comprovação da inscrição da obra no CNO (Cadastro Nacional de Obras), exceto se comprovadamente dispensada.

6.3. Tendo sido impostas penalidades à CONTRATADA, em decisão administrativa transitada em julgado, o valor será descontado do pagamento devido.

6.3.1. Em caso de pagamentos mensais, o limite máximo mensal de desconto será de 10% (dez por cento) do valor da nota fiscal, a cada mês, até que se liquide integralmente.

6.4. Se a contratada antecipar a execução das etapas previstas, conforme o cronograma físico-financeiro disponibilizado, através da gestão de esforços materiais e profissionais desta prestação de serviços, receberá os valores devidos dentro do mês o respectivo cronograma de pagamentos do contratante, estando os mesmos de acordo com a aferição do fiscal da obra.

6.5. Em caso de devolução da nota fiscal por alguma irregularidade, o prazo para pagamento recomeçará o respectivo curso a contar da data da reapresentação da nota fiscal, escoimada de vícios, sem qualquer acréscimo a título de juros e/ou correção monetária.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

6.6. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o INPC, e, a título de penalidade, juros de mora, à razão de 0,2%, ao mês.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data da proposta final da licitante, em __/__/__ (DD/MM/AAAA).

7.2. Somente após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Custo de Construção – INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato, edital e seus anexos;

8.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Não praticar atos de ingerência na administração do contratado, tais como (art. 48 da Lei n.º 14.133/2021):

8.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- 8.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do contratado;
- 8.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;
- 8.8.5. demandar a funcionário do contratado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;
- 8.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.
- 8.9. Cientificar a Assessoria Jurídica para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. O contratante terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133/2021).
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- 8.15. O Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pelo contratante no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

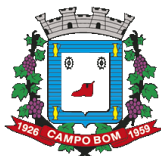
9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

9.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação,



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

9.21. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

9.22. Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

9.23. Disponibilizar ao contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e Coletiva (EPC), de acordo com a legislação vigente. A contratada será responsável por fornecer, incentivar e obrigar a todos os seus funcionários o uso de tais equipamentos, os quais deverão estar em perfeito estado de conservação e documentação que comprove sua validade (CA - Certificado de Aprovação), de modo a garantir total segurança ao usuário, bem como as pessoas ao redor.

9.24. Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da contratante. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o contratado deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

9.25. Atender às solicitações do contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

9.26. A contratada responsabilizar-se-á integral e isoladamente, cível e criminalmente, por todos e quaisquer danos causados, independente a quem seja, sofridos em razão de ação ou omissão sua na prestação dos serviços, garantindo ao contratante direito regressivo por tudo o que tenha que despendar em sendo responsabilizado, incluindo honorários periciais, advocatícios e custas processuais.

9.27. A contratada também se responsabiliza, isolada e integralmente, por todos os encargos trabalhistas, fundiários e previdenciários, cíveis e criminais decorrentes dos contratos de trabalho e/ou cíveis que firmar para a consecução dos objetos, sendo assegurado direito regressivo na forma do item anterior.

9.28. A contratada responsabilizar-se-á ainda, isolada e exclusivamente, pelo seguinte:

9.28.1. Despesas e providências necessárias à inscrição da obra junto aos órgãos e repartições competentes, pagamento do seguro de responsabilidade civil, e pagamento das multas eventualmente aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, em consequência de fato a licitante contratada e/ou ao respectivo pessoal imputável;

9.28.2. Obtenção de todas as licenças e franquias necessárias aos serviços que contratar, pagamento dos emolumentos definidos na legislação e observando todas as leis, regulamentos e posturas referentes à obra e à segurança pública, e as despesas relativas a cópias de projetos, ligações provisórias e definitivas, "habite-se", e outros necessários;

9.28.3. Adotar todas as medidas necessárias para a minimização da produção de resíduos, mediante o emprego de técnicas, materiais e práticas adequadas, bem como promover a segregação, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos inevitavelmente gerados, em conformidade com a legislação vigente e as normas aplicáveis.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

9.28.4. Evitar esforços contínuos para mitigar eventuais impactos ambientais decorrentes da execução dos serviços, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos ambientais causados em decorrência de suas atividades, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

9.28.5. Observância de todas as leis, regulamentos e posturas referentes às obras de engenharia e à segurança pública;

9.28.6. Quaisquer acidentes no trabalho de execução das obras e serviços contratados, por uso de patentes registradas, por danos resultantes de caso fortuito ou força maior, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados, mesmo que ocorridos na via pública.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ORDEM DE INÍCIO

10.1. Os serviços serão iniciados após a Ordem de Início dos Serviços, que será emitida quando recebidos e aceitos pelo CONTRATANTE, com os seguintes documentos:

10.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART)/Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) pela execução no CREA /CAU, devidamente quitada.

10.1.2. Prova de inscrição ou registro junto à entidade profissional competente CREA/CAU, da localidade da sede da contratada, com visto no CREA ou CAU do RS (caso a empresa vencedora não seja do estado do RS).

10.1.3. Declaração do Engenheiro Civil/Arquiteto Residente da obra acompanhada pelo registro no órgão competente, comprovando será o responsável e estará diariamente no canteiro de obras, manterá o Diário da Obra atualizado e participará de todas as reuniões agendadas.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

10.1.4. Comprovação de Garantia de execução, dentre as modalidades previstas no Artigo 96 da Lei nº 14.133/2021, cujo montante será correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato. Em caso de depósito em dinheiro na conta específica, será restituída após a execução do mesmo, nos termos do art. 100 da mesma lei.

10.1.4.1. Segue abaixo os dados do contratante para elaboração de Carta Fiança ou Fiança Bancária:

Razão Social: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPO BOM

Endereço: Rua Lima e Silva, nº 68, Campo Bom, RS

CNPJ: 02.328.731/0001-96

10.1.4.2 O recolhimento de garantia em dinheiro deverá ser efetuado através de depósito, em conta a ser indicada pelo contratante.

10.2. A Contratada deverá encaminhar a documentação citada no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de assinatura do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DO CONTRATO

11.1. A garantia do cumprimento das obrigações contratuais corresponderá a 5% (cinco por cento) do valor contratado e deverá ser apresentada no prazo de cinco dias úteis, a contar da publicação da Súmula do Contrato.

11.2. A comprovação da garantia deverá ser anexada ao presente instrumento contratual, juntamente com o respectivo comprovante de pagamento e, poderá ser fornecida em dinheiro, fiança bancária ou seguro-garantia, devendo, nestes dois últimos casos ter, no mínimo, prazo em 03 (três) meses superior ao de execução do ajuste.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

11.3. A garantia, quando prestada em dinheiro, somente será devolvida após o cumprimento correto e pleno de todas as obrigações assumidas por parte da CONTRATADA, atualizada consoante variação do INPC (índice nacional de preços ao consumidor), fornecido pelo IBGE, ou respectivo substituto, em sendo extinto.

11.4. Havendo acréscimo ou supressão de serviços, ou prorrogação do prazo da permissão, a garantia deverá ser acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada sempre, em todas as hipóteses, a proporção de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do ajuste.

11.5. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao CONTRATANTE, no caso de rescisão da permissão por culpa exclusiva da CONTRATADA.

11.6. O CONTRATANTE reserva-se o direito de reter a garantia, bem como dela descontar as importâncias necessárias a reparar os serviços que apresentarem vícios, defeitos ou incorreções nos termos apontados pela Fiscalização através de relatório escrito, sempre que a CONTRATADA não atender às suas determinações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DO OBJETO

12.1. A CONTRATADA fornecerá garantia dos materiais e serviços, que começará a fluir a partir da expedição do termo de recebimento definitivo da obra, durante o qual, sem prejuízo da responsabilidade penal com que tiver que arcar, subsistirá a responsabilidade da CONTRATADA.

12.2. A garantia dos serviços, materiais e equipamentos, será:

12.2.1. pela solidez e segurança do objeto contratado, assim como dos materiais e equipamentos, bem como do solo;

12.2.2. pelos danos pessoais e materiais causados ao contratante, vizinhos da obra e terceiros em geral, tanto por seus empregados e prepostos, como



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

por subempreiteiros e por fornecedores, durante a execução da obra ou dela decorrentes;

12.2.3. pelo pagamento de todas as importâncias devidas concernentes à mão-de-obra, material, tributos, serviços de terceiros, obrigações trabalhistas, previdenciárias, e fundiárias, transporte, alimentação, ferramentas, equipamentos, maquinário, seguros, licenças, cópias dos projetos, entre outros, decorrentes e necessários à execução da obra;

12.2.4. pelos defeitos e imperfeições verificados, não relacionados com a segurança e solidez do objeto.

12.3. Esta garantia implica na obrigação de execução imediata dos reparos que se fizerem necessários, inclusive com substituição de materiais e/ou equipamentos, sem qualquer ônus para o CONTRATANTE.

12.4. A CONTRATADA deverá garantir o objeto executado pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos, contados a partir de seu recebimento definitivo da obra.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DAS PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.3. Multa:

- a) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
- b) moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 30(trinta) dias autoriza o contratante a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.4. Multa sancionatória:



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

A multa sancionatória não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 156, II da Lei Federal 14.133/2021.

13.5. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021).

13.6. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021).

13.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021).

13.9. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.11. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/ 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

13.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133/2021).

13.14. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

13.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

13.16. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO

14.1. O CONTRATANTE designará o Fiscal de contrato Sr....., devidamente habilitado a tanto, para exercer ampla, cotidiana e rotineira fiscalização dos serviços.

14.2. A Fiscalização ora referida não eximirá a CONTRATADA de qualquer responsabilidade, seja relativamente aos bens e equipamentos do CONTRATANTE sob sua guarda, seja relativamente a danos sofridos por empregados e/ou prepostos seus, integrantes da Administração e/ou terceiros.

14.3. A CONTRATADA deverá planejar a prestação dos serviços juntamente com a Fiscalização do CONTRATANTE, devendo acatar todas e quaisquer determinações da mesma.

14.4. A CONTRATADA deverá fornecer ao serviço de Fiscalização, semanalmente, RELATÓRIO próprio de vistoria, com registro fotográfico das etapas executadas na obra, principalmente aquelas executadas dentro das paredes, forro e solo, informando ainda o número de funcionários que trabalharam na obra naquele período, devidamente datado e assinado pelo responsável técnico da empresa, sob pena de sofrer as penalidades previstas neste contrato:

14.4.1. O CONTRATANTE disponibilizará modelo de relatório padrão na reunião de partida de obra. Caso opte por apresentar em outro formato, o relatório deverá ser previamente aprovado pelo fiscal designado e deverá conter no mínimo as informações solicitadas no relatório padrão;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

14.4.2. O relatório deverá ser entregue em via física, na sede da Câmara Municipal, ao fiscal designado, podendo ser facultado o envio na forma digitalizada para o e-mail diretor@camaracb.rs.gov.br, desde que a via original seja entregue juntamente com a próxima medição de serviços;

14.5. Deverá igualmente a contratada fornecer mensalmente ao serviço de Fiscalização, relação completa dos empregados utilizados, com detalhamento acerca dos respectivos nomes, qualificação profissional e jornada habitual, de sorte que possa a mesma, em entendendo inadequado o serviço de qualquer deles, solicitar a respectiva substituição, o que terá que ser acatado de imediato pela contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS OU SUPRESSÕES:

15.1. A contratada fica obrigada a aceitar, por idênticos preços e nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nos serviços, nos termos do art. 125 da Lei 14.133/21, mediante regular aditamento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA DA OBRA

16.1. Concluída a obra, será provisoriamente recebida pelo contratante, mediante a expedição de Termo Provisório de Recebimento, e, decorridos 90 (noventa) dias da data deste recebimento provisório, verificada a qualidade do empreendimento, a inexistência de defeitos, a plena conformidade com o reivindicado e proposto, e a quitação de todas as obrigações pecuniárias decorrentes da mesma, pela licitante contratada, será expedido o Termo Definitivo de Recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

17.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

17.1.1. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.1.2. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.1.2.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.1.2.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

17.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

17.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.4.3. Indenizações e multas.

17.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133/2021).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES

18.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

18.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

18.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

18.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

19.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

19.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

19.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

19.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

19.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

19.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

19.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

19.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

19.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

19.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

19.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

19.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária/Rubrica:

Unidade Orçamentária: 01.01 – Câmara de Vereadores
0001.031.0001.200.1 – Manutenção da Atividade Legislativa
4.4.90.51.00.00.00.00 – Obras e Instalações

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

21.2. Todas as comunicações, relativas ao presente Contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada, na sede do Contratante ou no e-mail informado no procedimento licitatório.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO

22.1. Para a solução de qualquer controvérsia decorrente deste procedimento, é eleito o Foro da Comarca de Campo Bom/RS.

E, assim, por estarem de acordo com os termos do presente instrumento, após lido e achado conforme, ambas as partes o assinam na presença das testemunhas abaixo, extraindo-se as cópias necessárias à sua execução, nos termos previstos na legislação vigente.

Campo Bom, _____ de _____ de _____.

JOÃO PAULO BERKEMBROCK,
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPO BOM.

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO III

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE NEGATIVA DE INIDONEIDADE E AUSÊNCIA
DE FATO IMPEDITIVO PARA LICITAR COM O PODER PÚBLICO

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA, sob as penas da lei, a negativa de idoneidade e ausência de fato impeditivo para licitar com o Poder Público.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO IV

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026

DECLARAÇÃO DA PROPOSTA ECONÔMICA

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO V

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO ME/EPP

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA que se ENQUADRA como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, não havendo nenhum dos impedimentos previstos nos incisos do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

DECLARA, também, que está apto a utilizar-se dos benefícios previstos nos artigos 42 à 45 da Lei Complementar n.º 123/2006.

DECLARA, ainda, estar ciente das SANÇÕES que lhe poderão ser impostas, conforme disposto no respectivo Edital e no art. 299 do Código Penal, na hipótese de falsidade da presente declaração.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO VI

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que atende aos requisitos de habilitação, ainda, que responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO VII

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO RESERVA DE CARGOS

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

DECLARA que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO VIII

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

À

Câmara Municipal de Campo Bom

Rua Lima e Silva, 68 - Centro – Campo Bom - RS

Referente: Licitação Modalidade Concorrência Nº01/2026

Abertura __ de __ de ____ às __h __m.

Proponente:

a) Razão Social _____

b) Endereço _____

c) Telefone _____

d) E-mail _____

e) CNPJ: _____

Assunto: PROPOSTA

Ao Ilmo. Agente de Contratação,

Ilmos. Senhores da Equipe de Apoio,

Vimos apresentar por intermédio desta, a nossa proposta para fornecimento de:

_____.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Fornecimento de materiais, mão de obra e responsabilidade técnica para a reforma do Plenário da Câmara Municipal	UN	01		
	VALOR TOTAL DA PROPOSTA				

Cumpre-nos informar-lhes ainda que examinamos os documentos da licitação, inteirando-nos dos mesmos para elaboração da presente proposta.

E em consonância aos referidos documentos, declaramos:

- 1 - Que estamos cientes e concordamos com os Termos do Edital em epígrafe e das cláusulas da minuta do contrato em anexo;
- 2 - Que o prazo de validade da presente proposta, contados a partir da data de abertura do conjunto proposta, é de 60 (sessenta) dias;
- 3 - Que nos preços apresentados já estão contemplados todos os encargos, principalmente os impostos e ou descontos ou vantagens, e frete para a entrega dos materiais.
- 4 - Indicação do representante legal que assinará o Contrato;

Local e Data.

Nome, Assinatura e Carimbo da Empresa.



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO IX

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LGPD

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, DECLARA que seus empregados estão capacitados e/ou firmaram termo de responsabilidade de cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO X

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DO ART. 7º, XXXIII DA CF (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO XI

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA (PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade n.º _____ e do CPF n.º _____,

Declara, sob as penas da lei, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da presente licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Razão Social: _____

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



Câmara de Vereadores de Campo Bom
Estado do Rio Grande do Sul - Brasil

ANEXO XII

CONCORRÊNCIA Nº 01/2026

MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO
MUNICIPAL NO QUADRO DE PESSOAL DA EMPRESA LICITANTE

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

DECLARAÇÃO

_____, pessoa jurídica de direito Privado,
inscrita no CNPJ sob o nº _____, inscrição estadual/ Municipal
sob o nº _____, com sede na _____,
Bairro _____, CEP _____, neste ato representado
pelo (a) Sr (a) _____, portador (a) do RG
nº _____ e CPF nº _____ DECLARA que:

- a. Não possui administrador ou sócio detentor de mais de 05% (cinco por cento) do capital social que seja funcionário público ou dirigente de órgão ou entidade contratante, ou o responsável pela licitação;
- b. Não possuir como proprietário ou sócio, pessoa que seja cônjuge, companheiro ou parente em linha direta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, e por afinidade até o segundo grau, de funcionários públicos ou dirigentes de órgão ou entidade contratante, ou responsável pela licitação.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente.

_____, em _____ de _____ de _____.

Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa